

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISÓSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias

SUPLENTE

(MDB).
Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agilides de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélis Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 431/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.447/72, de 21 de agosto de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Celso Aparecido de Castro, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de agosto de 1.972.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 24 de outubro de 1.972

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 432/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.002/72, de 11 de outubro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 410/72, de 02 de outubro de 1.972, que atribuiu ao funcionário Ophir Fabelino de Souza, gratificação de Motorista, a partir de 30 de setembro de 1.972;

II — designar o funcionário acima citado, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da Presidência, a partir de 30 de setembro de 1.972.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 25 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 433/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.255/72, de 23 de outubro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar os funcionários Durval Daros, Alfredo Presta e Wilson Kael, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Inquérito com a finalidade de apurar irregularidades atribuídas a Brígida Lobo Kolarovics, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 26 de outubro de 1.972

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 165.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 26 de Outubro de 1972
(Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Antônio Lopes Júnior.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Beninati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Pinto Dias, e Santos Lima (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nelson Buffara — Rosário Pitelli — Gabriel Manoel — Igo Losso — João Fadel — Muggiati Filho — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 75/72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 29/71, de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, transfere ao DE.F.R. para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Primeiro de Maio a Sertãoópolis. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 27, sexta-feira, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 76/72.

Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 166.ª Sessão Ordinária
Realizada em 26 de Outubro de 1972
(Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Arizone Araújo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados:

Wilson Fortes — Antônio Costa — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Beninati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Pinto Dias e Santos Lima (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados Nelson Buffara — Rosário Pitelli — Gabriel Manoel — Igo Losso — João Fadel — Muggiati Filho — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando dispensa de publicação da Redação Final ao Projeto de Resolução n.º 19-72 e aos Projetos de Lei n.ºs. 471-67 — 112-71 — 183-71 — 186-72 — 210-71 — 256-71 — 265-71 — 12-72 — 21-72 — 78-72 — 107-72 e 132-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR ofício contendo apelo no sentido de que aquela autoridade determine estudos visando a implantação de um sistema telefônico no município de Bituruna.

O referido serviço, muito necessitado pela população daquele progressista município, virá sanar uma série de dificuldades de fronteadas pela sua inexistência e sobretudo interligando a comuna às demais regiões do Estado.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1972.

(a) — Domicio Scaramella

PROJETOS DE LEIS:

Projeto de Lei n.º 189/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a pensão mensal concedida a Leonor Rauen Bacellar, pela Lei n.º 5.204, de 10-12-65, a sua filha viúva Jacy Bacellar Giamberardino, em virtude de seu falecimento.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1972.

(a) — Emilio Carazzai

JUSTIFICATIVA:

Pelo alto sentido humano e em consonância com as exigências sociais, é de inteira justiça a transferência da pensão mensal concedida pela Lei n.º 5.204, de 10-12-65, a Senhora Leonor Rauen Bacellar, em virtude de seu falecimento, em favor de sua filha viúva Jacy Bacellar Giamberardino, desta forma, estaria minorando sua precária situação financeira.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do Projeto de Lei proposto.

Projeto de Lei n.º 190/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Todos os agentes do Ministério Público da entrância intermédia que tenham prestado serviços por mais de dois anos consecutivos na Procuradoria Geral da Justiça até 31 de dezembro de 1971, serão incluídos na lista para promoção por merecimento à entrância final.

Parágrafo único — A inclusão e a manutenção de que tratam este artigo independem das providências previstas nos artigos 53 e 54 da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968.

Art. 2.º — Os promotores de justiça incluídos na lista para promoção à entrância final por força desta lei, até à sua efetiva promoção, serão designados para exercer a função na entrância final.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) — Luiz Roberto Soares

JUSTIFICATIVA:

É medida administrativa comum que, após a utilização de servidor em cargo mais elevado e relevante do que o que ocupava efetivamente, não se o devolva à sua condição anterior, por inferior, mas se o mantenha na situação precária. É inclusive, a equidade que orienta tal atitude. Não se pode permitir que um funcionário, após exercer função superior e, por isso, sofrer restrições, talvez, na classe, seja devolvido ao cargo anterior, sujeito a pressões de toda a espécie.

Assim ocorre na administração federal, no Instituto Nacional de Previdência Social — INPS, onde os delegados regionais, após abandonarem os cargos, são agregados. Também nas Forças Armadas, através do mesmo instituto de agregação.

Ora, a mudança de chefia do Ministério Público estadual não pode representar prejuízo efetivo àqueles promotores de justiça que, no exercício de sua função, foram convocados pelo Procurador Geral da Justiça para funções na segunda instância, as quais são irrecusáveis, como determina o Estatuto do Ministério Público, lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968 (a contrario sensu do art. 115, parágrafo único; disposição expressa: art. 84, 2a. parte).

Assim, nada mais justo que a proteção àqueles que serviram ao Ministério Público em segunda instância e, por simples mudança de Procurador Geral, veem-se na contingência de retornarem às suas comarcas de origem, sem que nada tenham feito para isso.

Deve-se ter em conta que a Administração Pública é uma só e por ela há responsabilidade de todos os que a exercitam. A responsabilidade pela con-

vacção é do Ministério Público, nunca apenas de determinado Procurador Geral.

Nada mais justo que o reconhecimento do merecimento, que orientou a convocação, seja efetivado definitivamente.

Projeto de Lei n.º 191/72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica criado o Município de Nova Santa Rosa, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado dos Municípios de Terra Roxa do Oeste, Palotina, Toledo e Marechal Cândido Rondon, nos termos do resultado do plebiscito autorizado pela Resolução n.º 11/68 e divisas seguintes:

I — Com o Município de Terra Roxa do Oeste: limita-se por uma linha seca e reta, partindo do marco da Gleba A, do 48.º perímetro da Fazenda Britânica, situada à margem direita do rio Guaçu, seguindo em direção Leste até atingir a 1.ª parte do 49.º perímetro no marco 117/172, seguindo em direção Norte até encontrar o marco 171;

II — Com o Município de Palotina: Limita-se a partir do marco 171, onde segue em linha seca e reta até atingir a Sanga Real, subindo esta até a sua cabeceira, prolongando-se até o marco 63/64, seguindo até o marco 60/61. A partir desse ponto, segue por estrada de rodagem até encontrar a Sanga das Antas, subindo por esta até encontrar o marco 52/17, situado à margem esquerda; a partir desse ponto segue em linha seca e reta até encontrar o arroio 18 de Abril, subindo-o até a confluência com o Lageado Jaguarundi;

III — Com o Município de Toledo: limita-se subindo o Lageado Jaguarundi, a partir de sua confluência com o arroio 18 de Abril, até alcançar a Sanga Palm, subindo essa Sanga até sua cabeceira, prolongando-se por linha seca e reta até encontrar a estrada de rodagem pela qual segue até o marco 42/44; desse ponto segue até o marco 43/49, situado à cabeceira da Sanga Ubiretama, seguindo por essa até sua foz no Lageado Gavião, descendo por esse até a sua confluência com o rio Guaçu;

IV — Com o Município de Marechal Cândido Rondon: limita-se a partir da referida confluência, seguindo pelo rio Guaçu até encontrar o marco da Gleba A, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.972

(a) — Cândido M. de Oliveira

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos. Está livre a palavra. (Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente e no Grande Expediente, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA:

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai constantes do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 253/71, autoriza o Poder Executivo construir através dos Órgãos Próprios do Estado, uma Casa Escolar no Distrito Colônia Faria, Município de Colombo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 253/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir através do Órgão Próprio do Estado, uma Casa Escolar no Distrito de Colônia Faria, Município de Colombo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72

aa) — Cândido M. de Oliveira — Presidente
Antônio Maciel — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 263/71, autoriza o Poder Executivo proceder através do D.E.R., a retificação do trecho de estrada que liga Tunas a Cerro Azul. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 263/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder através do Departamento de Estradas de Rodagem, a retificação do trecho de estrada que liga Tunas a Cerro Azul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72

aa) — Cândido M. de Oliveira — Presidente
Antônio Maciel — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 269/71, autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão mensal de Ester de Oliveira Ribas, concedida pela Lei n.º 4.302 de 23-12-60. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 269/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão mensal concedida a Ester de Oliveira Ribas, pela Lei n.º 4.302, de 23 de dezembro de 1960, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 236, de 24 de dezembro de 1960.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta lei correrá à conta da dotação própria consignada no Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-

das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72

aa) — Cândido M. de Oliveira — Presidente
Antônio Maciel — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 270/71, denomina "Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco", o atual Ginásio Estadual de Guairacá. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 270/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica denominado Ginásio Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, o atual Ginásio Estadual de Guairacá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72

aa) — Cândido M. de Oliveira — Presidente
Santos Lima
Antônio Maciel — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 36-72, declara de Utilidade Pública, o Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora Aparecida, da Cidade de União da Vitória. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 36/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora da Aparecida, com sede e foro na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72.

aa) — Cândido M. de Oliveira — Presidente
Antonio Maciel — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 56-72, autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Toledo, uma motoniveladora, marca "HUBER-WARCO", pertencente ao D.A.T.M. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 56/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Toledo, uma motoniveladora marca HUBER-WARCO, número de fabricação OM 326913-80, L. pertencente, por transferência consignada no Decreto n.º 16.889, de 26 de janeiro de 1965, ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72

aa) — Cândido M. de Oliveira — Presidente
Antônio Maciel — Relator
Santos Lima

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 248-71, de autoria do Dep. Acyr José, autoriza o Poder Executivo denominar "Dom Manuel da Silveira D'Elboux", um estabelecimento de Ensino Primário desta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 282-71, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo denominar Acyr José, um dos Grupos Escolares desta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 34/72, encaminhando anteprojeto de Lei que visa alienar imóvel de propriedade do Estado, constituído pelos lotes nrs. 21 e 22, da Planta Santos Andrade, com frente para a rua Conselheiro Laurindo e esquina com a rua Marechal Deodoro, nesta Capital Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72/70, de autoria do Dep. Túlio Vargas transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia no Município de Guaraniaçu, que liga a BR-277, na altura do quilômetro 335, numa extensão de 40 quilômetros. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23-72, de autoria do Dep. Domício Scaramella, autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga os Municípios de Bituruna e Palmas, passando pelo Distrito de Ubaldino Taques. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/72, de autoria do Dep. Alvaro Dias, declara de Utilidade Pública, a Liga Regional de Futebol da Cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/72, de autoria do Dep. Alvaro de Araújo, declara de Utilidade Pública, a Associação "Lar de Meninas da Cidade de Francisco Beltrão". Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61-72, de autoria do Dep. David Federmann, autoriza o Poder Executivo criar no Banco do Estado do Paraná S/A., a Carteira de Financiamento da Educação e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106-71, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento do Distrito de Riozinho, na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 106/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento do Distrito de Riozinho, passando por Estiva, indo até a estrada geral de União da Vitória a Irati, para fins de melhoria e conservação.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1971.

a) Dep. Domicio Scaramella.

JUSTIFICATIVA: — A estrada que ora propomos seja estadualizada, está a merecer melhores condições de tráfego, tendo em vista a sua grande utilização por parte dos moradores da região, para escoarem o produto de seus plantios, procurando a demanda aos centros consumidores.

Nestas condições, apresentamos a presente proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável acatamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 106-71

AUTOR: Dep. Domicio Scaramella

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento do Distrito de Riozinho, na forma e como especifica.

1) — A Proposição supra indicada foi elaborada na forma e como dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Referido Projeto não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal. Além do mais, como se constata, trata-se de simples autorização legislativa.

3) — Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa de seu ilustre Autor.

4) — Assim, pois, somos pela sua aprovação.

S. M. J., é o parecer

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Armando Queiroz

Arthur de Souza

Gilberto Carvalho

Igo Losso

Muggiati Filho

Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 106-71

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Domicio Scaramella, tem o caráter meramente autorizativo e, por isso, não ofende princípios de ordem financeira.

Por essa razão, opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1971.

aa- Leopoldo Jacomet — Presidente

Santos Lima — Relator

Ovidio Franzoni

Paulo Poli

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 106/71

1) — Pretende o nobre Deputado Domicio Scaramella, com o presente plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento do Distrito de Riozinho, na forma e como especifica.

2) — Com pareceres favoráveis já opinaram sobre o mesmo as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3) — Somente quanto ao mérito, que cabe a esta Comissão examinar, nada há que se opor, daí nos manifestarmos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em de junho de 1972.

aa) Borsari Netto — Presidente

Hélio Manfrinato — Relator

Gabriel Manoel

Xenofonte Villanueva

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150-71, de autoria dos Deps. Basílio Zanusso e Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a celebrar através do D.E.R., convênio com os Municípios de Atalaia e Flórida, para construção de uma ponte sobre o rio Pirapó, divisa entre os referidos Municípios. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 150/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, através do D.E.R., convênio com os Municípios de Atalaia e Flórida, destinado à construção de uma ponte, em concreto, sobre o Rio Pirapó, na divisa entre os referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 7 de julho de 1971.

aa) Dep. Basílio Zanusso

Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Projeto de Lei atender uma legítima e antiga aspiração não somente dos Municípios de Atalaia e de Flórida, mas também, de outros Municípios importantes de uma vasta região do norte do Estado, principalmente aqueles que integram as Associações dos Municípios de Nova Esperança e de Astorga.

Além dos motivos acima expostos, que julgo justificáveis ao atendimento pretendido pela proposição, é de se ressaltar que as Municipalidades de Atalaia e Flórida, reiteradas vezes, através de seus Prefeitos e Vereadores, manifestaram o desejo e decisão de, juntos e em convênio com o Estado, realizarem esta obra tão importante para a economia de seus Municípios e principalmente do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 150/71

AUTORES: Deputados Basílio Zanusso e Quiélse Crisóstomo da Silva

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a celebrar, através do D.E.R., convênio com os Municípios de Atalaia e Flórida, destinado à construção de uma ponte, em concreto, sobre o Rio Pirapó.

P A R E C E R

1) — A Proposição supra referida está em harmonia com o que determina o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Mencionado Projeto de Lei não conflita com qualquer disposição de ordem constitucional ou legal.

Quanto sua oportunidade, nada a opor.

Em tais condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Emílio Carazzai

Igo Losso

Cândido M. de Oliveira

Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 150/71

No tocante à parte financeira, que cabe a esta Comissão opinar, nosso parecer é favorável a aprovação da presente proposição, visto ser matéria meramente autoizatória

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em de outubro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Paulo Poli — Relator

Maurício Fruct

Santos Lima

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 150/71

1) — Visa o presente Projeto de Lei, de autoria dos nobres Deputados Basílio Zanusso e Quiélse Crisóstomo da Silva, autorizar o Poder Executivo a celebrar, através do D.E.R., convênio com os Municípios de Atalaia e Flórida para construção de uma ponte sobre o rio Pirapó.

2) — Sobre o referido Projeto já opinaram favoravelmente as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3) — Quanto ao mérito, que cabe a esta Comissão opinar, nada há que se opor, razão pela qual somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em de junho de 1972.

aa) Borsari Netto — Presidente

Hélio Manfrinato — Relator

Gabriel Manoel

Xenofonte Villanueva

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo a construir um Ginásio Estadual em Santa Maria, Município de Pitanga, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.I.P. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 163/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município de Pitanga.

Art. 2.º — O Govern. do Estado consignará na Lei de Meios, dotação destinada ao cumprimento do artigo anterior.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1971

a) Dep. Nivaldo Krüger

JUSTIFICATIVA:

Santa Maria é um progressista Distrito do Município de Pitanga. A sua população vem crescendo vertiginosamente, assim como a sua economia. Contudo, apesar desse progresso, o Distrito se ressentia da falta de um Ginásio Estadual, que possa dar à sua juventude os ensinamentos necessários àquele ciclo. Daí a razão desse Projeto que visa atender um dos maiores reclamos de sua população.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 163/71

AUTOR: Dep. Nivaldo Krüger

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a construir, no Distrito de Santa Maria, Município de Pitanga, um Ginásio Estadual.

P A R E C E R

1) — Na forma em que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno, a presente iniciativa vem articulada e justificada.

2) — Referida Proposição não fere qualquer princípio, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto sua oportunidade, nada temos a contestar.

3) — Nestas condições somos pela aprovação do Projeto ora em exame.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

aa) Muggiati Filho — Presidente

Cândido M. de Oliveira — Relator

Armando Queiroz

Emílio Carazzai

Borsari Netto

Gilberto Carvalho

Odilon Reinhardt

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 163/71

A criação de escolas, mormente no interior do Estado é matéria de abso-

luta prioridade. Quanto ao aspecto financeiro que cabe esta Comissão opinar, não encontramos óbice de impedimento financeiro.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971.

aa) Fuad Nacli — Presidente Relator

Paulo Poli

Gabriel Manoel

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 163/71

O presente plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Nivaldo Krüger, vem de encontro com a política educacional estabelecida pelo eminente Ministro Jarbas Passarinho, ou seja, atender o interior do País com o maior número de unidades escolares.

Assim, e pelas razões relevantes apresentadas pelo autor da Proposição, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Gabriel Manoel

Cândido M. de Oliveira

Alvaro Dias

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 163/71

De autoria do Deputado Nivaldo Krüger, o Projeto em análise, autoriza o Poder Executivo a construir um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, no Município de Pitanga.

Trata-se de autorização legislativa, e como uma das metas do Governo é o desenvolvimento educacional em todos os setores, nosso parecer é pela aprovação.

É o parecer

Sala das Comissões, em de junho de 1972

aa) Borsari Netto — Presidente

Hélio Manfrinato — Relator

Gabriel Manoel

Xenofonte Villanueva

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final ao Projeto de Resolução n.º 19-72 e aos Projetos de Lei n.ºs. 471-67 — 112-71 — 183-71 — 186-71 — 210-71 — 256-71 — 265-71 — 12-72 — 21-72 — 78-72 — 107-72 e 132-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Presidente de Telepar, no sentido de que determine estudos visando a implantação de um sistema telefônico no Município de Bituruna. — **Aprovado.**

A Mesa dá conhecimento ao Plenário que se acha nesta Casa, em virtude de imperativo constitucional, Projeto de Lei do Orçamento para o Exercício de 73. A Mesa já determinou publicação em avulso para distribuição aos Srs. Deputados e encaminhamento da matéria à Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, sexta-feira, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 19-72 e dos Projetos de Lei n.ºs. 471-67 — 112-71 — 183-71 — 186-71 — 210-71 — 256-71 — 265-71 — 12-72 — 21-72 — 78-72 — 107-72 e 132-72.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 72-70 — 23-72 — 24-72 — 32-72 e 61-72.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 10671 — 150-71 e 163-71

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 178-71 — 260-71 — 279-71 — 81-72 — 94-72 — 97-72 e 113-72.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 289/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 8.174, de 17 de outubro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Rosa Fernandes, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 23 de outubro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1972

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 290/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 8.177, de 17 de outubro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Jolanda Guimarães Mello de Castro, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 18 de outubro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1972

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 291/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

lotar Edgar Alber, ora à disposição deste Poder, pelo prazo de sessenta dias, a partir de 12 de outubro de 1972, no Gabinete do M.D.B., junto ao Gabinete do Deputado Maurício Fruet.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de outubro de 1.972

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 292/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 8.002, de 11 de outubro de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

Revogar a Portaria n.º 255/72, de 11 de setembro de 1.972, que designou

Ophir Fabelino de Souza para exercer as funções de Motorista, no Gabinete da Presidência, a partir de 30 de setembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de outubro de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 16a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de outubro, do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às dezesseis horas, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz e presentes os Senhores Deputados Muggiati Filho, Erondy Silvério, Cândido Manoel Martins de Oliveira, Ovidio Franzoni, Santos Lima e Igo Losso. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Foi aprovada sem restrições a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — **PROJETO DE LEI N.º 8/72**, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Concede pensão mensal de Cr\$ 50,00, à Octacília de Andrade Belich. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer favorável com emenda do Senhor Deputado Erondy Silvério. 2) — **PROJETO DE LEI N.º 51/72**, de autoria do Senhor Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo proceder o alargamento da estrada que liga o Distrito de Santa Zélia, Município de Astorga, à Sede do Município de Guaraci. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 3) — **PROJETO DE LEI N.º 70/72**, de autoria do Senhor Deputado Domicílio Scaramella. Autoriza o Poder Executivo criar sob regime de Fundação uma Escola Técnica destinada à aprendizagem industrial, na cidade de União da Vitória. Relator: Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — **PROJETO DE LEI N.º 88/72**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de São José do Ivaí, Município de Santa Isabel do Ivaí, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — **PROJETO DE LEI N.º 91/72**, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Dá nova redação ao artigo 18 e seu parágrafo 1.º, da Lei n.º 4.766, de 13.11.63. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — **PROJETO DE LEI N.º 92/72**, de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual Agrícola, no Município de São do Lontra, para funcionar no próximo ano letivo, e dá outras providências. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: contrário. Em votação: Rejeitado o parecer. Designado o Senhor Deputado Santos Lima para dar novo parecer. 7) — **PROJETO DE LEI N.º 95/72**, de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso. Declara de utilidade pública o Instituto Bíblico Batista A. B. Deter, com sede nesta Capital. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 8) — **PROJETO DE LEI N.º 98/72**, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Dá nova redação ao parágrafo 1.º, do artigo 232, da Lei n.º 6.174, de 16.11.70 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 9) — **PROJETO DE LEI N.º 108/72**, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá, um Curso de Jornalismo. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 10) — **PROJETO DE LEI N.º 110/72**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Declara de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Paranavaí, com sede na cidade de Paranavaí. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 11) — **PROJETO DE LEI N.º 128/72**, de autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Felfreire da Costa Filho. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Sociedade Obras Assistenciais Nossa Senhora de Fátima, do Município de Guaranicau. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável com Substitutivo anexo. Aprovado. 12) **PROJETO DE LEI N.º 131/72**, de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso. Declara de utilidade pública o Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. Aprovado. 13) — **PROJETO DE LEI N.º 135/72**, de autoria do Senhor Deputado Domicílio Scaramella. Autoriza o Poder Executivo estadualizar a Fundação da Universidade do Vale do Iguaçu, com sede no Município de União da Vitória e criada pela Lei Municipal n.º 816, de 2-3-72. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 14) — **PROJETO DE LEI N.º 136/72**, de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel. Autoriza o Poder Executivo criar no Instituto Estadual da Soja, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. Aprovado. 15) — **PROJETO DE LEI N.º 137/72**, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati. Concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Empresário Horácio Sabino Coimbra, ex-Presidente do Instituto Brasileiro do Café. Relator Deputado Igo Losso. Deferido pedido de vista ao Senhor Deputado Erondy Silvério. 16) — **PROJETO DE LEI N.º 140/72**, de autoria do Senhor Deputado Cândido M. de Oliveira. Autoriza o Poder Executivo criar no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo de Saudades, com sede e divisas que especifica. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável com emenda. Aprovado. 17) — **PROJETO DE LEI N.º 145/72**, de autoria do Senhor Deputado Paulo Camargo. Dispõe sobre os proventos de aposentadoria do Funcionário Civil ou Militar do Estado, abrangido pelo artigo 148 da Constituição Estadual, quando submetido ao regime de trabalho de tempo integral pelo período de um ano, e dá outras providências. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável com Substitutivo Geral. Aprovado. 18) — **PROJETO DE LEI N.º 146/72**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 40/72, encaminhando anteprojeto de lei, que visa majorar para dois salários mínimos da Capital, a pensão mensal de Hilda Miranda de Moraes Sarmento, viúva do Coronel Joaquim Antônio de Moraes Sarmento, patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 19) — **PROJETO DE LEI N.º 149/72**, de autoria do Senhor Deputado Arizone Araújo. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Ampère, via Jacutinga. Relator Deputado Cândido Manoel M. de Oliveira. Parecer: favorável. Aprovado. 20) — **PROJETO DE LEI N.º 151/72**, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Dispõe sobre a implantação obrigatória pelo Estado, do Registro Postal para envio de avisos de débitos a contribuintes ou usuários de serviços, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manoel de Oliveira. Parecer: favorável. Aprovado. 21) — **PROJETO DE LEI N.º 156/72**, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. Autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Oeste do Paraná — FUOP, com sede na cidade de Cascavel, lotes de propriedade do Estado, situados naquela cidade, e dá outras providências. Relator Deputado

Ovídio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 22) — **PROJETO DE LEI N.º 160/72**, de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto. Declara de utilidade pública a Diaconia, Sociedade Civil, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 23) — **PROJETO DE LEI N.º 164/72**, de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruct. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Curitiba — UMESC. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 24) — **PROJETO DE LEI N.º 168/72**, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conserva e manutenção, a estrada Municipal que liga as cidades de Cascavel e Capitão Leonidas Marques. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 25) — **PROJETO DE LEI N.º 239/71**, de autoria do Senhor Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Paimas, o rolo compactador com características que especifica. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 26) — **PROJETO DE LEI N.º 46/70**, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Altera a Lei n.º 5.957, de 20 de junho de 1969, que dispõe sobre o Quadro Próprio do Magistério do Paraná. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer: favorável com emenda Substitutiva apresentada pelo Senhor Deputado Maurício Fruct. Aprovado. 27) — **PROJETO DE LEI N.º 129/70**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 25/70, que dispõe sobre infrações e penalidades à legislação tributária, regula o processo fiscal, institui e disciplina as instâncias de julgamento das questões entre a Fazenda Pública e os contribuintes e dá outras providências. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer pelo arquivamento em virtude do contido na Lei Complementar 1/72. Aprovado. 28) — **PROJETO DE LEI N.º 316/70**, de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira. Dá nova redação à Lei 6.156, de 2 de outubro de 1970. Enquadramento de Professores no Curso Secundário. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 29) — **PROPOSIÇÃO N.º 189/72**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 44/72, encaminhando cópia do Contrato n.º 1/72, firmado entre o Estado do Paraná, a Sudesul, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e a Universidade Federal do Paraná.

chjetivando formulação de alternativas para política conjunta de desenvolvimento urbano e micro-regional no Estado. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 30) — **PROPOSIÇÃO N.º 190/72**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem número 45/72, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, e o Governo do Estado, objetivando execução parcial dos serviços de Polícia Marítima, aérea e de fronteira, conforme Lei Federal n.º 4.483, de 16.11.64. Relator Deputado Cândido M. de Oliveira. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. Foram apresentados, votados e Aprovados os relatórios apostos às **PROPOSIÇÕES N.ºs. 128—72, 154—72, 155—72, 156—72, 164—72, 165—72, 166—72, 178—72, — 185—72, 186—72 e 196—72**, todos concluído que os Vetos estão em condições de ser apreciados pelo Plenário. Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Deputado Cândido Manoel M. de Oliveira solicita a palavra para indagar sobre as convocações dos Senhores Secretários de Estado feitas anteriormente. O Senhor Presidente esclarece que o Senhor Secretário de Educação e Cultura já esteve nesta Casa, através da Comissão de Instrução Pública. O Senhor Secretário do Governo designou uma data que não foi possível aceitar, e que até hoje esta Presidência continua aguardando resposta. Seria interessante, no entanto que estas convocações ficassem após as eleições municipais, e que fossem feitas uma por uma e não todas de uma vez. O Senhor Deputado Cândido M. de Oliveira sugere que se convoque somente o Diretor do Detran, e não o Secretário de Segurança Pública. Atendida a sugestão. Esta Comissão oficiará o Senhor Secretário de Segurança Pública solicitando que permita o comparecimento do Senhor Diretor do Detran perante esta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Deputado Armando Queiroz — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária